

CONVÊNIO DE ADESÃO

CONVÊNIO DE ADESÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS JMALUCELLI QUE CELEBRAM A JUNTO HOLDING BRASIL S.A. E A FUNDAÇÃO COPEL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Das PARTES:

De um lado,

a **JUNTO HOLDING BRASIL S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, sediada à A. Doutor Dario Lopes dos Santos, 2197, CONJ 302, ANDAR 03, COND CORPORATE JARDIM BOTANICO, BLOCO CORPORATE, Jardim Botânico, Curitiba/PR, CEP 80.210-010, inscrita no CNPJ sob o nº 09.288.056/0001-68, neste ato representada pelo(s) abaixo assinado(s) e qualificado(s), doravante denominado **PATROCINADOR-CONVENENTE**; e

E, de outro lado,

a **FUNDAÇÃO COPEL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**, incorporadora do FUNDO PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO, entidade fechada de previdência complementar, pessoa jurídica de direito privado, sediada à Rua Treze de Maio, 616, São Francisco, Curitiba/PR, CEP: 80.510-030, inscrita no CNPJ sob nº 75.054.940/0001-62, neste ato representada pelo(s) abaixo assinado(s) e qualificado(s), doravante denominada **ENTIDADE**.

Considerando que:

- a FUNDAÇÃO COPEL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL está incorporando o FUNDO PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO, entidade fechada de previdência complementar, pessoa jurídica de direito privado, sediada à Avenida Sete de Setembro, 4682, CJ 1701 na cidade Curitiba/PR, CEP: 80.240-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.136.451/0001-08,

- o PATROCINADOR-CONVENENTE firmou com o FUNDO DE PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO o Convênio de Adesão em relação ao Plano de Benefícios JMalucelli em 13 de julho de 2010;

RESOLVEM, de comum acordo, em razão do processo de incorporação da **ENTIDADE** pelo FUNDO PREVIDÊNCIA MAIS FUTURO, celebrar o presente Convênio de Adesão ao Plano de Benefícios JMalucelli, CNPB nº 2005.0008-92, CNPJ nº 48.307.237/0001-46, ora designado PLANO, administrado pela ENTIDADE, nos termos da legislação em vigor e que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE ADESÃO

1.1. O objeto do presente instrumento é a adesão do PATROCINADOR-CONVENIENTE ao PLANO e sua administração pela ENTIDADE, conforme legislação em vigor.

1.2. O PATROCINADOR-CONVENIENTE manifesta a sua adesão ao PLANO de caráter previdenciário e a ENTIDADE que administra o referido PLANO, e aceita a adesão nos termos deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO PATROCINADOR-CONVENIENTE

2.1. São obrigações do PATROCINADOR-CONVENIENTE:

I - Respeitar as disposições do estatuto da ENTIDADE e do regulamento do PLANO, assumindo os deveres e responsabilidades que lhe são atribuídos por aqueles instrumentos, aos quais manifesta plena aquiescência, obrigando-se fielmente a respeitá-los e a cumpri-los, atendendo às necessidades da ENTIDADE indispensáveis à sua operação;

II - Divulgar o PLANO e disponibilizar o seu regulamento e o estatuto da ENTIDADE a todos os seus empregados e dirigentes, prestando-lhes as informações solicitadas, envidando esforços para que os mesmos ingressem no PLANO, nos termos do seu regulamento e da legislação em vigor;

III - Receber as inscrições de interessados e encaminhá-las à ENTIDADE, quando couber;

IV - Comunicar à ENTIDADE acerca da cessação do vínculo empregatício do participante;

V - Fornecer à ENTIDADE, sempre que necessário, os dados cadastrais de seus empregados e dirigentes e respectivos dependentes que participem do PLANO, assim como, de imediato, as respectivas alterações;

VI - Prestar, em tempo hábil, todas as informações requeridas, em especial as relativas aos esclarecimentos em processos judiciais ou ao órgão fiscalizador;

VII - Verter contribuições e descontar mensalmente da remuneração ou pró-labore de seus empregados e dirigentes as contribuições de que trata o Plano de Custeio e recolhê-las à ENTIDADE, conforme os prazos e condições previstas no regulamento, sujeitando-se às penalidades nele previstas caso incorra em atraso; e

VIII - Promover a supervisão sistemática das atividades da ENTIDADE em relação à administração do PLANO, sem prejuízo das atribuições de fiscalização do Conselho Fiscal da Entidade e do Estado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

3.1. São obrigações da ENTIDADE:

I - Administrar o PLANO no cumprimento de seus deveres e no exercício de seus poderes, direitos e faculdades, em conformidade com o estatuto, o regulamento e a legislação aplicável, agindo de forma proba, ética, com zelo e boa fé em todas as operações relativas ao PLANO;

II - Aceitar a inscrição dos empregados e dirigentes do PATROCINADOR-CONVENENTE como participante do PLANO e dos respectivos beneficiários e conceder os benefícios previstos no regulamento, desde que obedecidos os critérios de elegibilidade;

III - Fornecer ao PATROCINADOR-CONVENENTE, em tempo hábil, todas as informações pertinentes requeridas, relacionadas ao PLANO;

IV - Atender a requisições judiciais e do órgão fiscalizador referentes ao PLANO, na forma e no prazo previstos na legislação vigente;

V - Manter a independência patrimonial do PLANO em relação aos demais planos sob sua administração;

VI - Cientificar ao PATROCINADOR-CONVENENTE de atos que se relacionem direta ou indiretamente a esta ou aos participantes do PLANO a ela vinculados;

VII - Receber do PATROCINADOR as contribuições e demais prestações que forem devidas, assim como as contribuições de seus empregados e dirigentes ao PLANO, conforme o regulamento e o plano de custeio;

VIII - Remeter demonstrativos gerenciais periódicos ao PATROCINADOR-CONVENENTE, relativos ao PLANO; e

CLÁUSULA QUARTA – DA RETIRADA DO PATROCINADOR-CONVENENTE

4.1. É facultada a retirada do PATROCINADOR-CONVENENTE do PLANO, desde que respeitada a legislação pertinente em vigor.

CLÁUSULA QUINTA – DA INEXISTÊNCIA DE SOLIDARIEDADE

5.1. Não haverá solidariedade entre o PATROCINADOR-CONVENENTE e quaisquer outros PATROCINADORES-CONVENENTE do PLANO.

5.2. Fica estabelecida, ainda, a inexistência de solidariedade entre o PATROCINADOR-CONVENENTE em relação a qualquer outro plano de benefícios sob administração da ENTIDADE.

5.3. O PATROCINADOR-CONVENIENTE não responderá pelas obrigações assumidas pela ENTIDADE que contrariem o estatuto e o regulamento e não estejam afetas exclusivamente ao atendimento de seus objetivos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

6.1. Os valores destinados à cobertura das despesas administrativas do PLANO serão estabelecidos no Plano de Custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo da ENTIDADE, observada a legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONFIDENCIALIDADE

7.1. As partes deste instrumento se comprometem a garantir o tratamento confidencial de suas informações, assumindo a obrigação de não divulgar quaisquer elementos relativos aos respectivos bancos de dados e relatórios de cruzamento de informações para fins não aprovados e acordados entre as partes.

7.2. O dever de confidencialidade não é oponível a ordem judicial e determinação de órgãos fiscalizadores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Os casos omissos serão resolvidos pelo órgão estatutário competente da ENTIDADE.

8.2. A abstenção do exercício, por parte da ENTIDADE ou do PATROCINADOR-CONVENIENTE de quaisquer direitos ou faculdades que lhes assistam, em virtude de lei, ato regulatório, contrato, regulamento ou deste instrumento, não implicará em renúncia de direitos ou na extinção de quaisquer das obrigações neles previstas ou em novação, nem impedirá as partes de exercer, a qualquer momento, esses direitos e faculdades.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1 O presente instrumento vigorará por prazo indeterminado e entra em vigência após sua autorização pela autoridade competente, com eficácia a partir da data efetiva definida no requerimento, podendo ser revisto a qualquer tempo por acordo entre as partes, desde que obedecidas as disposições do estatuto e do regulamento, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1. Fica eleito o foro da cidade Curitiba/PR para dirimir quaisquer questões oriundas deste Convênio de Adesão com renúncia a qualquer outro por mais

privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, assinam as partes o presente instrumento em uma via digital na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Curitiba/PR, 22 de dezembro de 2025.

JUNTO HOLDING BRASIL S.A.

Nome: Roque Junior de Holanda Melo
Cargo: Diretor Presidente
Nacionalidade:
Estado civil:
Profissão:
Identidade nº:
CPF nº

Nome: Elisa Francielli Marchi Prestes
Cargo: Diretora Financeira
Nacionalidade:
Estado civil:
Profissão:
Identidade nº:
CPF nº

Nome: Diego Marins Massara
Cargo: Diretor Jurídico e de
Compliance
Nacionalidade:
Estado civil:
Profissão:
Identidade nº:
CPF nº

FUNDAÇÃO COPEL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome: Ana Letícia Feller
Cargo: Presidente
Nacionalidade:
Estado civil:
Profissão:
Identidade nº:
CPF nº:

Nome: José Carlos Lakoski
Cargo: Diretor Financeiro
Nacionalidade:
Estado Civil:
Profissão:
Identidade nº:
CPF nº:

Nome: Hemerson Luiz Barbosa
Pedroso
Cargo: Diretor de Seguridade

Nacionalidade: Brasileiro
Estado civil:
Profissão:
Identidade nº:
CPF nº:

TESTEMUNHAS

Nome: Henrique Clabond Antonietto
Cargo: Gerente de Facilities e
Procurement
Nacionalidade:
Estado civil:
Profissão:
Identidade nº:
CPF:

Nome: Daniele Aparecida de O. Souza
Cargo: Gerente de Pessoas e Cultura
Nacionalidade: Brasileira
Estado Civil:
Profissão:
Identidade nº:
CPF nº: